

# **MANUAL DE CONTROLO SUPERFÍCIES**



## **CAMPANHA 2009/2010**

**Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.**

**Departamento de Controlo**

**Unidade de Controlo das Ajudas Directas**

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO (SIGC)</b>	<b>1</b>
<b>3.</b>	<b>PROCEDIMENTOS GERAIS A ADOPTAR NO DECURSO DA ACÇÃO DE CONTROLO <i>IN LOCO</i></b>	<b>2</b>
3.1.	Elementos de Controlo	2
3.2.	Notificação prévia para a Acção de Controlo	3
3.3.	Acompanhamento da Acção de Controlo	3
3.5.	Procedimentos relativos às parcelas agrícolas	3
3.6.	Elementos Lineares	4
3.7.	Procedimentos Específicos de Controlo	6
3.7.1.	Condicionalidade – Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA)	6
3.7.2.	Ajudas FEAGA	6
3.7.2.1.	Regime de Pagamento Único (RPU)	6
3.7.2.2.	Prémio Específico à Qualidade do Trigo Duro	6
3.7.2.3.	Prémio Específico às Proteaginosas	6
3.7.2.4.	Pagamento Específico para o Arroz	6
3.7.2.5.	Culturas Energéticas	7
3.7.2.6.	Ajuda ao Tabaco	7
3.7.2.7.	Ajuda à Produção de Forragens Secas	7
3.7.2.8.	Procedimento a adoptar para a numeração das amostras	7
3.7.2.9.	Ajuda à Produção de Sementes Certificadas	8
3.7.2.10.	Ajuda Transitória ao Tomate	8
3.7.2.11.	Pagamento por Superfície para os Frutos de Casca Rija (FCR)	8
3.7.3.	Ajudas FEADER	8
3.7.3.1.	Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	8
3.7.3.2.	Valorização de Modos de Produção: Exemplo para a “Alteração de Modos de Produção”	8
3.7.3.3.	Valorização de Modos de Produção: Exemplo para a “Protecção da Biodiversidade Doméstica”	9
3.7.3.4.	Intervenções Territoriais Integradas: Exemplo para a “ITI Montesinho – Nogueira (MN)” e para a “ITI Douro Vinhateiro (DV)”	10
3.7.4.	Regras para a codificação das situações encontradas na Parcela	14
<b>4.</b>	<b>CONTROLO INDUZIDO</b>	<b>14</b>
<b>5.</b>	<b>DESISTÊNCIA DA CANDIDATURA</b>	<b>14</b>
<b>6.</b>	<b>INCUMPRIMENTO DELIBERADO</b>	<b>15</b>
<b>7.</b>	<b>ADENDA – CONTROLO DA ELEGIBILIDADE DE PARCELAS COM VEGETAÇÃO LENHOSA ESPONTÂNEA</b>	<b>16</b>
7.1.	Áreas com vegetação lenhosa espontânea superior a 50 cm	16
7.2.	Áreas declaradas com código 171	16
7.3.	Auxiliar de controlo	16

## 1. Introdução

O presente Manual de Controlo enuncia, de forma geral, os procedimentos a adoptar numa acção de controlo *in loco* a realizar nas parcelas agrícolas declaradas no Pedido Único de ajuda apresentados na campanha de 2009/2010.

Constituem anexos deste manual (para descarregamento em separado):

Anexo 1 – Tabela de Conversão de Cabeças Normais

Anexo 2 – Códigos de Cultura

Anexo 3 – Códigos de Revestimento Sob-Coberto

Anexo 4 – Códigos de Variedades Elegíveis ao Prémio Específico à Qualidade do Trigo Duro

Anexo 5 – Códigos de Espécies Elegíveis à Ajuda à Produção de Sementes Certificadas

Anexo 6 – Códigos de Variedades Elegíveis ao Pagamento Específico para o Arroz

Anexo 7 – Exemplar do Relatório de Controlo, incluindo documentos gráficos utilizados no decurso das visitas ao campo

Anexo 8 – Lista de fontes de informação nacional, relativa aos diferentes regimes de ajuda.

Anexo 9 – Fluxograma geral da actividade de controlo

Anexo 10 – Glossário

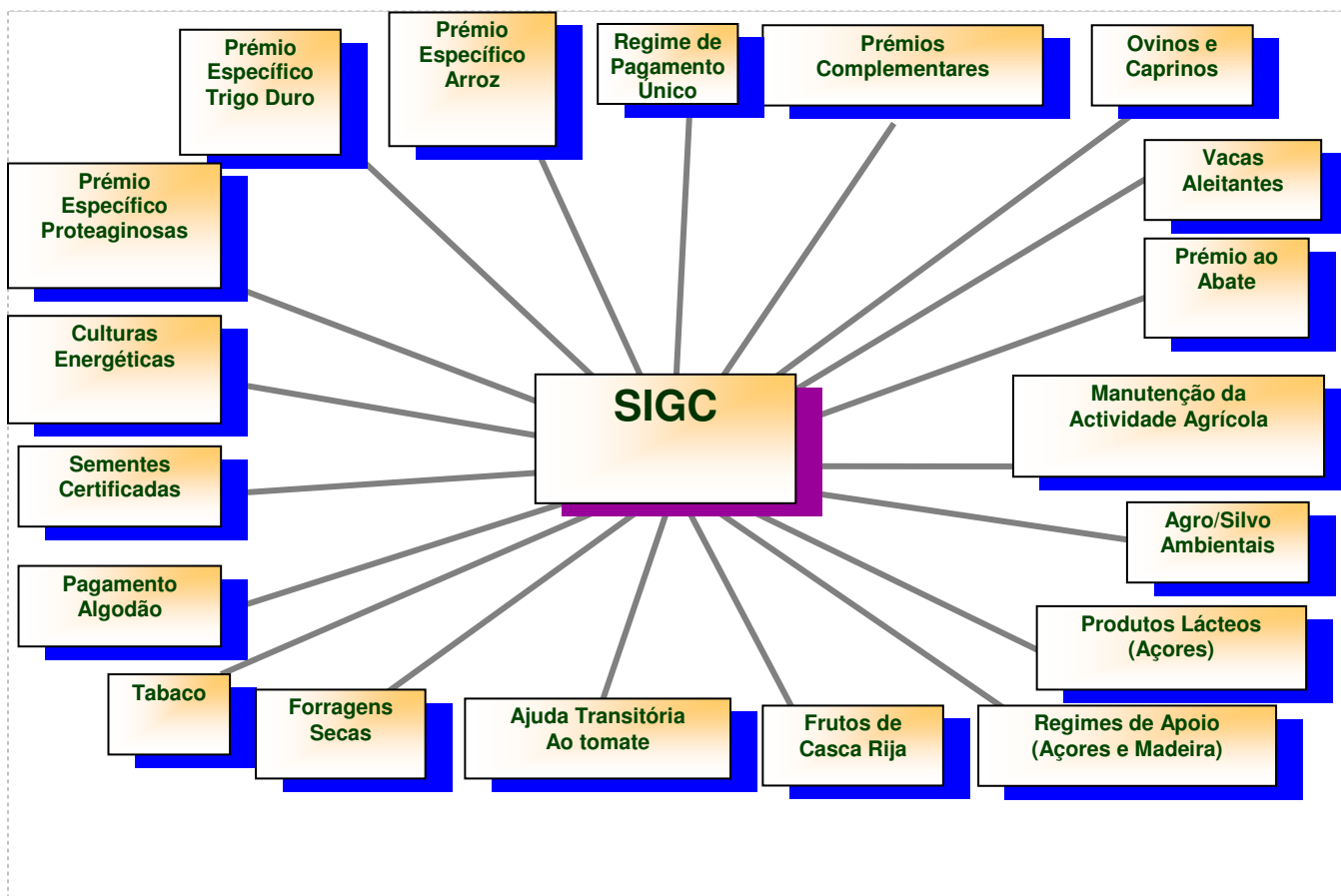
## 2. Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC)

A implementação de um Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC) teve como principal objectivo assegurar a eficácia das actividades de gestão e de controlo dos regimes de ajudas e apoios concedidos à agricultura e ao desenvolvimento rural.

Este sistema integrado inclui os seguintes elementos:

- a) Base de dados de Identificação de Beneficiários (IB) – associa o número de contribuinte a um número de identificação no IFAP (NIFAP);
- b) Sistema de Identificação das Parcelas Agrícolas (iSIP) – identificação única de cada parcela recorrendo a um sistema de informação geográfica;
- c) Sistema de Identificação de Direitos – base de dados específica para a identificação e registo dos direitos aos pagamentos;
- d) Sistema nacional de identificação e registo de bovinos (SNIRB)
- e) Sistema nacional de identificação e registo de animais (SNIRA)
- f) Pedido Único de ajuda (PU)
- g) Sistema integrado de controlo

Actualmente estão sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e Controlo os seguintes regimes de ajudas:



### 3. Procedimentos gerais a adoptar no decurso da acção de controlo *in loco*

O controlo *in loco* tem como objectivo a verificação no terreno do cumprimento dos requisitos de concessão das ajudas e dos requisitos e das normas aplicáveis no âmbito da condicionalidade.

O IFAP, através do Departamento de Controlo, procede anualmente à selecção de uma amostra de PU para controlo, com base numa análise de risco e também aleatoriamente.

Após a selecção, os PU dos requerentes seleccionados ficam marcados para controlo e procede-se à impressão dos formulários dos relatórios de controlo com os dados necessários para a realização dos mesmos.

#### 3.1. Elementos de Controlo

A acção de controlo é realizada por uma equipa de controlo constituída por dois técnicos devidamente credenciados pelo IFAP, a quem serão distribuídos os processos relativos aos PU objecto de controlo, constituídos pelos seguintes **elementos de controlo**:

- Ficha de Controlo emitida pelo IFAP com os dados declarativos
- Documentos Gráficos por Parcela declarada no PU (em formato A4)
- Documentos aerofotográficos com as parcelas declaradas no PU (em formato A3)
- Carta Militar, com a localização de todas as parcelas (em formato A3)
- Sistema de Posicionamento Global (GPS) (se necessário)
- Máquina Fotográfica (Analógica ou Digital)
- Numerador para identificação do NIFAP e das fotografias panorâmicas e de pormenor
- Manuais de Controlo e Regulamentação

- i. Credencial de Controlador e Cartão de Identificação
- j. Notificações de Acção de Controlo (1), de Representação do Requerente (2) e de Solicitação de Documentação / Marcação de Acção de Controlo (3)

## 3.2. Notificação prévia para a Acção de Controlo

Desde que o objectivo do controlo não fique comprometido, os controlos in loco podem ser objecto de aviso prévio **estritamente limitado ao período mínimo necessário, não podendo exceder 14 dias**, salvo se se tratar de um controlo relativo a pedidos de ajuda “animais”, caso em que o aviso prévio não pode exceder as 48 horas, excepto em casos devidamente justificados.

## 3.3. Acompanhamento da Acção de Controlo

As acções de controlo devem ser acompanhadas pelo próprio requerente ou por um representante devida e formalmente mandatado para o efeito através de procuração, ou ainda por pessoa que se apresente na qualidade de representante, mas sem os respectivos poderes de representação, sendo que a sua intervenção na acção de controlo só produzirá efeitos desde que seja posteriormente ratificada pelo respectivo requerente.

**Em caso de óbito do requerente, a acção de controlo deve ser realizada nos moldes anteriormente definidos, na presença do “cabeça de casal” ou do seu representante.**

Para o efeito e sem prejuízo do disposto no ponto 3.2, a equipa de controlo deverá contactar o requerente ou o seu representante através dos elementos indicados no rosto do relatório de controlo.

## 3.4. Execução do controlo

1. Se exequível, a acção de controlo será efectuada e concluída, ainda que não tenha sido possível contactar o requerente ou o seu representante, devendo ser observados os demais procedimentos previstos para o efeito.
2. Quando não for possível concluir a acção de controlo sem a presença do requerente ou do seu representante, adoptam-se os seguintes procedimentos:
  - a) Notifica-se o requerente ou o seu representante para a acção de controlo de campo, por correio registado, com aviso de recepção, para contactar a entidade de controlo, em prazo certo e determinado.
  - b) Se a notificação supra referida vier devolvida, deverá a mesma ser junta ao processo de controlo, podendo ser enviada uma segunda notificação, nos mesmos termos que a anterior, sendo esta a última diligência de notificação a efectuar para o referido efeito.
  - c) Se se verificar que o requerente ou o seu representante, devidamente notificados, não contactaram a entidade de controlo, nem justificaram a falta em tempo útil, proceder-se-á da seguinte forma:
    - i) Assinala-se a “S” o campo referente à “Impossibilidade de realização de controlo” do quadro 5, existente na Folha de Rosto do Relatório de Controlo;
    - ii) Relata-se a situação no Relatório Síntese das Anomalias Detectadas, constante do Relatório de Controlo;
3. Sempre que não for possível efectuar a acção de controlo por razões imputáveis ao requerente ou ao seu representante, deverão ser adoptados os procedimentos especificados na alínea c) supra.

## 3.5 Procedimentos relativos às parcelas agrícolas

De modo a verificar o cumprimento dos requisitos de concessão das ajudas, numa acção de controlo deverão ser efectuadas, nomeadamente, as seguintes verificações:

1. **Os limites da parcela declarada.** Confirmar se existe por cada parcela apenas a ocupação declarada, devendo ser criadas tantas sub parcelas quantas as ocupações encontradas. Esta regra é aplicável a qualquer ajuda do PU.  
  
Devem ainda ser considerados outros elementos lineares que se encontrem na área útil das parcelas agrícolas, que dela façam parte ou relativas à própria actividade agrícola nela desenvolvida ou às boas práticas agrícolas, os quais se encontram enunciados no ponto 3.5.
2. A **elegibilidade** das ocupações culturais encontradas para a ajuda a que se encontra candidata não esquecendo que para o regime de pagamento único (RPU) é condição de elegibilidade o cumprimento das

normas “cobertura da parcela” e “controlo da vegetação lenhosa” nas parcelas de pousio.

3. O **número** e/ou a **localização** das árvores, quando necessário;
4. Registrar no **documento gráfico** todas as observações consideradas pertinentes e necessárias para a acção de controlo, nomeadamente as que se referem às anomalias detectadas, as quais devem ser devidamente fundamentadas;
5. Em caso de se observar anomalias, áreas de exclusão ou áreas não elegíveis para as ajudas a controlo, obter **registos fotográficos**, registá-los no documento gráfico respectivo e informar o requerente dessas situações;
6. No final da acção de controlo de campo, todos os intervenientes na mesma devem **assinar** o Relatório de Controlo no Quadro C100. Entende-se por intervenientes a equipa de controlo e a pessoa que acompanhou a equipa, seja ela o requerente, representante ou outra. Esta assinatura serve apenas para identificar a pessoa que acompanhou a acção de controlo. Refere-se, ainda, que se deve apor o carimbo do Organismo de Controlo (DRAP ou IFAP), na página onde constam as assinaturas da equipa de controlo;
7. No caso de Sociedades, deverá ser verificado nos estatutos das mesmas, se o representante está mandatado para o efeito, sendo necessário apor o carimbo da Sociedade junto à assinatura do representante;
8. Posteriormente, em gabinete, essa informação é recolhida num sistema de informação geográfica, o qual, tendo por base uma sequência multi-temporal de imagens de satélite e o ortofotomapa digital do ano, permitirá complementar a informação recolhida no campo e efectuar a medição de áreas.

### 3.6. Elementos Lineares

Todos os elementos lineares, descritos de seguida, **que tenham uma largura inferior ou igual a 2 metros** serão integrados na área útil da parcela:

1. **Linha de água** – curso de água temporário ou permanente que permite o escoamento das águas superficiais dentro da mesma bacia hidrográfica.
2. **Conduta de água** – estruturas que permitem a distribuição de água a todos os pontos da zona a regar.
3. **Valas de drenagem** – estruturas da rede de drenagem que asseguram o escoamento das águas excedentárias que saturam a camada superficial do solo ou estagnam à superfície tornando a parcela menos apta para o cultivo.
4. **Valas de rega** – estruturas permanentes da rede de rega que asseguram o transporte e a distribuição da água até à parcela a regar.
5. **Maracha ou Cômoro** – forma de armação do terreno, com muretes de terra, que delimitam as parcelas sujeitas a rega por submersão.
6. **Zona inter-marés** – zona da parcela, junto a linhas de água doce permanentes nomeadamente estuários ou sistemas lagunares, que se apresenta totalmente exposta na baixa-mar e quase inteiramente coberta na preia-mar, estando sujeita ao efeito das marés.
7. **Galeria ripícola** – Formação de espécies lenhosas arbóreas e/ou arbustivas autóctones, de forma comprida e estreita, ao longo das margens de um curso de água, e constituindo uma galeria de copas mais ou menos fechada sobre esse curso de água.
8. **Zona de protecção lagunar ou ribeirinha** – zonas de protecção revestidas por vegetação do tipo lagunar (caniço, junco, etc.), caracterizadas pelo alagamento ou encharcamento dos solos em determinadas épocas do ano.
9. **Sebes e corta ventos** – vedação de espécies lenhosas arbóreas ou arbustivas, de forma linear, com função de delimitação de parcelas, de protecção contra o vento, a geada, e a erosão do solo.
10. **Muro** – estrutura artificial de pedra posta ou alvenaria que tem como função a delimitação de parcelas.
11. **Cerca** – vedação artificial fixa que tem como função a delimitação das parcelas.
12. **Caminho agrícola e Caminho vicinal** – caminhos necessários ao desenvolvimento da actividade agrícola, ligando vários pontos da exploração agrícola, inclui os caminhos de pé posto e os que tenham sido criados pela passagem dos animais.



13. **Aceiro** – superfície de terreno mobilizado com a finalidade de prevenção de incêndios.
14. **Talude ou muro de suporte** – Volume de terra de alta inclinação ligando dois locais de cotas diferentes coberto por vegetação natural ou instalada, que actua como muro de suporte, impedindo o desmoronamento do solo.
15. **Talude de barragem** – estrutura artificial ou de terra de alta inclinação que actua como suporte de retenção da massa de água.
16. **Corredor ecológico dentro da Rede Natura** – Faixas que promovem a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, fundamental para a manutenção da biodiversidade (flora e fauna).
17. **Estruturas lineares de interesse patrimonial ou ecológico** – estruturas de alto valor patrimonial e ecológico (zonas de protecção/conservação).

Também os elementos lineares, descritos de seguida, **que tenham uma largura superior a 2 metros** serão integrados na área útil da parcela:

1. **Elementos até 6 metros:**

- a. **Muro** – estrutura artificial de pedra posta ou alvenaria que tem como função a delimitação de parcelas. Aplicável apenas em parcelas que se situam no interior da área da Rede Natura 2000.

2. **Elementos até 8 metros:**

- b. **Linha de água** – curso de água temporário ou permanente que permite o escoamento das águas superficiais dentro da mesma bacia hidrográfica. Aplicável apenas em parcelas que se situam no interior da área da Rede Natura 2000.
- c. **Valas de drenagem** – estruturas da rede de drenagem que asseguram o escoamento das águas excedentárias que saturam a camada superficial do solo ou estagnam à superfície tornando a parcela menos apta para o cultivo. Aplicável apenas em parcelas exploradas para a orizicultura.
- d. **Valas de rega** – estruturas permanentes da rede de rega que asseguram o transporte e a distribuição da água até à parcela a regar. Aplicável apenas em parcelas exploradas para a orizicultura.
- e. **Maracha ou Cômoro** – forma de armação do terreno, com muretes de terra, que delimitam as parcelas sujeitas a rega por submersão. Aplicável apenas em parcelas exploradas para a orizicultura.

3. **Elementos até 12 metros:**

- f. **Sebes e Corta ventos** – vedação de espécies lenhosas arbóreas ou arbustivas, de forma linear, com função de delimitação de parcelas, de protecção contra o vento, a geada, e a erosão do solo. Aplicável apenas em parcelas que se situam no interior da área da Rede Natura 2000.
- g. **2. Galeria ripícola** – Formação de espécies lenhosas arbóreas e/ou arbustivas autóctones, de forma comprida e estreita, ao longo das margens de um curso de água, e constituindo uma galeria de copas mais ou menos fechada sobre esse curso de água. Aplicável apenas em parcelas que se situam no interior da área da Rede Natura 2000.
- h. **Talude ou muro de suporte** – Volume de terra de alta inclinação ligando dois locais de cotas diferentes coberto por vegetação natural ou instalada, que actua como muro de suporte, impedindo o desmoronamento do solo. Aplicável em parcelas em terraços.
- i. **Zona de protecção lagunar ou ribeirinha** – zonas de protecção revestidas por vegetação do tipo lagunar (caniço, junco, etc.), caracterizadas pelo alagamento ou encharcamento dos solos em determinadas épocas do ano. Aplicável a todas as parcelas.

4. **Sem limite de largura:**

- j. **Aceiro** – superfície de terreno mobilizado com a finalidade de prevenção de incêndios. Aplicável a todas as parcelas.
- k. **Estruturas lineares de interesse patrimonial ou ecológico** – estruturas de alto valor

patrimonial (por exemplo aquedutos) e ecológico (zonas de protecção/conservação). Aplicável a todas as parcelas.

- I. **Corredor ecológico dentro da Rede Natura** – Faixas que promovem a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, fundamental para a manutenção da biodiversidade (flora e fauna). Aplicável a todas as parcelas.

## 3.7. Procedimentos Específicos de Controlo

As equipas de controlo devem proceder para cada um dos regimes de ajuda, de acordo com os procedimentos específicos, nomeadamente os seguidamente enunciados:

### 3.7.1. Condicionalidade – Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA)

Realizar o controlo das BCAA's, apenas quando se encontrar assinalada a "S" o campo relativo à marcação para controlo de BCAA-Condicionalidade na Folha de Rosto do Relatório de Controlo,.

Registar as verificações no campo reservado para o efeito no documento gráfico e no Quadro Resumo (C21) do respectivo Relatório de Controlo.

Contabilizar o efectivo pecuário existente na exploração, em todas as unidades de produção declaradas (UP), sempre que o requerente declare os códigos de cultura 142 ou 143 ou estas ocupações culturais tenham sido verificadas em controlo, devendo o número e a espécie dos animais contabilizados ser registados no Quadro do Encabeçamento do C09, do relatório de controlo.

### 3.7.2. Ajudas FEAGA

#### 3.7.2.1. Regime de Pagamento Único (RPU)

Verificar o cumprimento das normas "cobertura da parcela" e "controlo da vegetação lenhosa", no caso das parcelas declaradas a pousio, relativas às boas condições agrícolas e ambientais .

#### Regime de Pagamento Único – Direitos Especiais

Sempre que um Pedido Único, seleccionado para controlo do RPU, possua "Direitos Especiais", os quais se encontram assinalados no CP1 do relatório de controlo, deverá proceder-se à contabilização do efectivo pecuário existente na exploração, em todas as unidades de produção (UP) declaradas.

#### 3.7.2.2. Prémio Específico à Qualidade do Trigo Duro

Contabilizar o número de árvores, no caso da cultura ser realizada sob coberto de árvores dispersas, uma vez que para o efeito apenas são elegíveis as parcelas cuja densidade de árvores não seja superior a 60 por hectare;

Efectuar a colheita de uma amostra de espigas desta cultura ou, caso não seja possível, efectuar a recolha de sementes/vestígios da cultura e obter o registo fotográfico da respectiva amostra;

Solicitar ao requerente a cópia das facturas de aquisição da semente/respectiva declaração e preencher o quadro do ponto 4 da Folha de Rosto do Relatório de Controlo, com a quantidade de semente adquirida.

#### 3.7.2.3. Prémio Específico às Proteaginosas

Contabilizar o número de árvores, no caso da cultura ser realizada sob coberto de árvores dispersas, uma vez que para o efeito apenas são elegíveis as parcelas cuja densidade de árvores não seja superior a 60 por hectare;

Efectuar a colheita de uma amostra de vagens das culturas elegíveis ou, caso não seja possível, efectuar a recolha de sementes/vestígios da cultura E obter o registo fotográfico da respectiva amostra;

Verificar, caso a data de execução do controlo *in loco* o permita, se foi efectuada a colheita da cultura.

#### 3.7.2.4. Pagamento Específico para o Arroz

Verificar se a cultura de arroz foi efectuada nos terrenos sistematizados especificamente para esta cultura e se foi utilizado o alagamento como método exclusivo de irrigação;



Verificar se as parcelas com arroz foram integralmente semeadas, se a sementeira foi realizada até 30 de Junho (caso a data de execução do controlo *in loco* o permita), se foram efectuados os trabalhos normais de cultivo, segundo as normas locais e se a cultura foi mantida pelo menos até ao início do período de floração.

### 3.7.2.5. Culturas Energéticas

Confirmar se a cultura efectuada é elegível para a ajuda;

Contabilizar o número de árvores, no caso da cultura ser realizada sob coberto de árvores dispersas, uma vez que para o efeito apenas são elegíveis as parcelas cuja densidade de árvores não seja superior a 60 por hectare;

### 3.7.2.6. Ajuda ao Tabaco

Verificar se as parcelas candidatas a esta ajuda se encontram integralmente afectas à cultura declarada;

Confirmar com o requerente a existência de um contrato de cultura com uma empresa de primeira transformação.

### 3.7.2.7. Ajuda à Produção de Forragens Secas

Verificar se as parcelas candidatas a esta ajuda se encontram integralmente afectas à cultura declarada;

Efectuar o controlo do peso e qualidade de cada Pedido de Pagamento (Declaração de Corte) apresentado pelo requerente, o qual consiste nas seguintes verificações:

1. Confirmação da realização da operação de corte;
2. Contabilização da produção – Implica a contagem do número de fardos produzidos e a determinação do seu peso médio (efectuar a pesagem de pelo menos três fardos). A partir destes valores obtém-se a produção total (nº de fardos x peso médio (Kg));
3. Verificar a existência em boas condições de funcionamento do equipamento utilizado na pesagem e na trituração ou desidratação;
4. Obtenção de uma amostra para controlo de qualidade – Após a selecção aleatória de um fardo, solicitar a moagem de uma parte do mesmo de modo a permitir a criação de três lotes individuais, que devem ser acondicionadas em saco próprio, os quais serão identificados por etiquetas específicas para o efeito e selados (com alicate com selo do IFAP) na presença do requerente. Dos três lotes realizados, um deverá ser entregue ao requerente para contra-análise, caso seja necessário;
5. Por cada Declaração de Corte verificada preencher o Relatório de Controlo de Peso e Qualidade;
6. Por último, preencher, em duplicado a Declaração de Entrega de Colheita de Amostras de Forragens Secas na entidade protocolada para o efeito e proceder à entrega das amostras recolhidas em laboratório oficial e acreditado;

**NOTA:** Sempre que a produção total determinada ultrapasse 110 000Kg, deverá duplicar-se o nº de lotes de amostragem criados (mantendo a numeração da amostra inicialmente criada) e preencher Relatório de Controlo de Peso e Qualidade para a produção remanescente.

### 3.7.2.8. Procedimento a adoptar para a numeração das amostras

O nº da amostra é constituído por quatro campos, conforme se exemplifica:

**A / B / C / Ano do controlo**

A – Iniciais do nome do requerente, em maiúsculas;

B – As três primeiras letras (maiúsculas) da designação da cultura

C – Nº do corte

### Exemplo 1

Controlo do 3º corte de Tremocilha do requerente Manuel Silva Peixoto, com produção inferior a 110 000Kg

**MSP / TRE / 03 / 2009**

## Exemplo 2

Controlo do 1º corte de Luzerna do requerente Manuel Silva Peixoto, com produção superior a 110 000Kg  
Amostra correspondente à produção até 110 000Kg:

**MSP / LUZ / 01 / 2009 Lote 1**

Amostra correspondente à produção remanescente:

**MSP / LUZ / 01 / 2009 Lote 2**

### 3.7.2.9. Ajuda à Produção de Sementes Certificadas

Verificar se as parcelas candidatas a esta ajuda se encontram integralmente afectas à cultura declarada.

### 3.7.2.10. Ajuda Transitória ao Tomate

Verificar se as parcelas candidatas a esta ajuda se encontram integralmente afectas à cultura declarada;  
Confirmar com o requerente se o mesmo é membro de uma Organização de Produtores Reconhecida.

### 3.7.2.11. Pagamento por Superfície para os Frutos de Casca Rija (FCR)

Em cada parcela declarada, deverão ser identificadas e delimitadas em termos gráficos as superfícies com árvores de frutos de casca rija (incluem-se as árvores em bordadura);

Nestas superfícies georeferenciar as árvores por espécie de FCR;

No caso de pomares ordenados com uma única espécie de FCR, apenas é necessário identificar a espécie, o compasso de plantação e o nº de falhas, caso existam.

A **produtividade** da parcela plantada com FCR não é um critério de elegibilidade. Assim, os pomares novos que ainda não estão em produção são elegíveis. Contudo, as árvores FCR mortas, independentemente da idade do pomar, não são consideradas elegíveis. Não são elegíveis as parcelas abandonadas;

#### Presença de outras espécies em parcela plantada com FCR

Não existe número limite para a presença de árvores de outras espécies que não FCR. Estas apenas deverão ser georeferenciadas quando tal é necessário para facilitar o cálculo da densidade da espécie FCR.

**NOTA:** A verificação da dimensão e densidade mínimas é efectuada posteriormente, no decurso do tratamento informático da informação recolhida em campo.

## 3.7.3. Ajudas FEADER

### 3.7.3.1. Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Verificar o cumprimento dos compromissos específicos da Ajuda, respondendo às questões constantes no respectivo quadro do relatório de controlo (Vide Quadro C09 do Anexo).

Proceder à contabilização do efectivo pecuário existente na exploração (em todas as UP's declaradas) e registar o seu número no Quadro do Encabeçamento do relatório de controlo (Vide Quadro C09 do Anexo).

### 3.7.3.2. Valorização de Modos de Produção: Exemplo para a “Alteração de Modos de Produção”

#### 1. Requisitos da condicionalidade:

Verificar se o PU está seleccionado para controlo da Condicionalidade e em caso afirmativo, proceder ao controlo das BCAA e verificar se existe adequada formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos.

#### 2. Critérios de elegibilidade:

a. **Submissão de toda a UP:** Verificar se o requerente possui uma **Declaração de Submissão de toda a UP à PRODI**, tendo esta que estar assinada pelo requerente e pelo OC. No caso do MPB verificar **contrato com OC e Licença**.

b. **Contrato com o OC:** Verificar se existe **contrato com OC** reconhecido. Neste verificar a data

do contrato que deverá ser anterior à do início do compromisso e verificar que através deste contrato é garantido o controlo de **toda** a UP (áreas e animais);

- c. **Encabeçamento:** Para verificação do encabeçamento, proceder à contagem e registo do número e espécie de animais em pastoreio no Quadro do Encabeçamento do C09, do relatório de controlo.
- d. **Baldios:** Verificar, caso existam parcelas de Baldio, se existe declaração do órgão de gestão do baldio e se nesta está especificado que:
  - i. A área está submetida a um dos modos de produção controlado por OC reconhecido;
  - ii. A área está limitada à utilização por animais no mesmo modo de produção;
  - iii. O órgão de gestão se responsabiliza pelo cumprimento das regras da condicionalidade e pelo cumprimento das Práticas Culturais e de Gestão.
- e. **Diferentes Modos:** Verificar se o requerente submeteu ao **mesmo modo**:
  - i. Toda a superfície com **plantas da mesma espécie**;
  - ii. Toda a superfície agrícola ou agro-florestal utilizada exclusivamente por **animais criados nesse modo de produção**;
  - iii. Todos os **animais da mesma espécie ou com o mesmo tipo de produção** presentes na UP.
- f. **Ocupação para consumo humano:** Verificar se a produção nas parcelas candidatas teve como destino **o consumo humano**.
- g. **Culturas temporárias:** Verificar se o requerente candidatou ao mesmo modo, toda a área ocupada com a mesma cultura temporária.
- h. **Culturas permanentes:** Verificar se nas parcelas candidatas com culturas permanentes são cumpridas as densidades mínimas.
- i. **Animais de outrem:** Verificar se, nas parcelas com áreas forrageiras em sob-coberto, existem animais não pertencentes ao requerente e qual a sua espécie.

### 3. Compromissos:

- j. **Caderno de Campo:** Verificar se existe Caderno de Campo, se o mesmo está actualizado e se segue o modelo do PRODER ou o modelo próprio (com as informações necessárias).
- k. **Comercialização da Produção:** Verificar se existem facturas, declarações, etc. que provem a venda da produção. Verificar se existe Licença da OC que ateste da certificação no respectivo modo. Ter atenção aos períodos prévios à plena produção.
- l. **Práticas Culturais e de Gestão:** Verificar se, nas parcelas candidatas, são cumpridas as Práticas Culturais e de Gestão (PCG).
- m. **Instalações, efluentes e produção pecuários:** Verificar se, no caso de animais candidatos aos 2 modos de produção, as instalações e efluentes pecuários e as produções dos animais estão perfeitamente individualizadas.

#### 3.7.3.3. Valorização de Modos de Produção: Exemplo para a “Protecção da Biodiversidade Doméstica”

- 1. **Requisitos da Condicionalidade:** Verificar se o PU está seleccionado para controlo da Condicionalidade e em caso afirmativo, proceder ao controlo das BCAA's e verificar se existe adequada formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos.
- 2. **Critérios de elegibilidade:**
  - a. **Efectivo pecuário:** Verificar se existe **Declaração Anual de Inscrição** dos animais no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico.
  - b. **Encabeçamento:** Para verificação do **encabeçamento**, proceder à contagem e registo do número e espécie de animais em pastoreio no Quadro do Encabeçamento do **C09**, do relatório de controlo.

### 3. Compromissos:

- c. **Fêmeas em linha pura:** Verificar a Declaração Anual de Inscrição dos animais no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico e o Registo de Existências e Deslocações (RED).
- d. **Comunicação de alterações do efectivo:** Verificar a coerência entre a Declaração Anual de Inscrição dos animais no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico, possíveis declarações de substituição, outras comunicações e o Registo de Existências e Deslocações (RED).
- e. **Prova anual do efectivo:** Verificar a Declaração Anual de Inscrição dos animais no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico, e a Declaração de Existências no caso ovinos, caprinos e suínos.
- f. **Manutenção da situação sanitária regularizada:** Verificar os Passaportes (averbamentos).
- g. **Cumprimento das normas do Livro ou Registo:** Verificar a Declaração Anual de Inscrição dos animais no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico.

### 3.7.3.4. Intervenções Territoriais Integradas: Exemplo para a “ITI Montesinho – Nogueira (MN)” e para a “ITI Douro Vinhateiro (DV)”

1. **Requisitos da Condicionalidade:** Verificar se o PU está seleccionado para controlo da Condicionalidade e em caso afirmativo, proceder ao controlo das BCAA's e verificar se existe adequada formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos.
2. **Aspectos particulares a verificar em cada ITI:**
  - a. **Encabeçamento:** Para verificação do **encabeçamento**, proceder à contagem e registo do número e espécie de animais em pastoreio no Quadro do Encabeçamento do **C09**, do relatório de controlo.
  - b. Nas áreas candidatas ao apoio “Manutenção da rotação de sequeiro cereal – pousio” é necessário assegurar a **contagem e georreferenciação de todas as árvores presentes**.
  - c. Para a ITI Douro Vinhateiro nas áreas candidatas é necessário assegurar:
    - i. Contagem das cepas;
    - ii. Georreferenciação das oliveiras, amendoeiras e citrinos;
    - iii. Medição dos metros lineares de muros de suporte em pedra posta em bom estado de conservação e, da totalidade do mesmo tipo muros derrubados, bem como a identificação nos documentos gráficos de suporte

Para a ITI Montesinho – Nogueira nas áreas candidatas ao apoio “Conservação dos soutos notáveis da Terra Fria” é necessário assegurar a **contagem e georeferenciação de todos os castanheiros** com mais de 60 anos isolados ou integrados em soutos. Obter registo fotográfico dos castanheiros com cancro, independentemente da sua idade, desde que o beneficiário não tenha comunicado à ELA.

COMPROMISSOS GERAIS da Unidade de Produção		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DI
Manter as árvores, os muros de pedra posta e outros elementos patrimoniais importantes para a paisagem e ainda as sebes arbustivas ou arbóreas de espécies autóctones entre as parcelas ou nas suas extremas, não as tratando com herbicidas	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	sim
Manter os pontos de água acessíveis à fauna no período de Verão		sim	sim
Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água, sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento		sim	sim
Utilizar apenas os produtos fitofarmacêuticos aconselhados para a Protecção Integrada ou Modo de Produção Biológico, excepto se surgir um foco de organismo nocivo referido na lista do acervo fitossanitário da UE, situação em que podem ser utilizados outros produtos de acordo com instruções dos serviços oficiais competentes em matéria de protecção de culturas	Questionar o beneficiário ou seu representante sobre os produtos utilizados na UP e em que culturas e verificar se estes são aconselhados para a Protecção Integrada ou Modo de Produção Biológico	sim	sim

COMPROMISSOS GERAIS da Unidade de Produção		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DI
Não efectuar queimadas	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	sim
Manter a superfície agrícola e agro-florestal em boas condições de produção e livre de infestantes arbustivas, que não devem ocupar mais de 5% da superfície da parcela ocupada com culturas temporárias, pousio e pastagens permanentes	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	sim
Caso exista amendoal ou olival, realizar podas regulares		sim	sim
Caso exista amendoal ou olival, não efectuar mobilizações do solo com charrua, grade de discos ou alfaia rotativa	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	sim

COMPROMISSOS ESPECÍFICOS do apoio "Ajuda à Conservação da Estrutura Ecológica de Base"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Manter o encabeçamento dentro dos limites estabelecidos	Contabilizar os animais em pastoreio	sim	não
Tenham um efectivo de bovinos e equídeos, expresso em CN, inferior ou igual ao produto do factor 8,22 pela superfície forrageira, expressa em hectares, não se contabilizando para este fim as áreas de baldio		não	não
Candidatar toda a área elegível para apoios agro-ambientais	Controlo administrativo e verificação <i>in loco</i> na visita à exploração	sim	não
Nas culturas permanentes instaladas, não efectuar mobilizações do solo com reviramento de leiva em parcelas com IQFP > 2, excepto em parcelas armadas em socalcos, terraços ou várzeas	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Não pastorear bovinos e equídeos, entre 15 de Novembro e 15 de Fevereiro, nas áreas de baldio, excepto nas áreas circundantes das aldeias e previamente definidas pela ELA, podendo esta estabelecer outros períodos de interdição do pastoreio	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre o manejo do efectivo pecuário	não	não
Não pastorear qualquer animal nas áreas de baldio consideradas prioritárias para efeitos de gestão e recuperação ambiental, durante os períodos a definir pela ELA		não	não
Nas parcelas com IQFP = 2, com área > 2ha e ocupadas com culturas anuais deve manter faixas de solo não mobilizadas com largura ≥ 5 metros, orientadas em curva de nível e espaçadas por distâncias não superiores a 25 metros	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Nas parcelas com IQFP = 3, com área > 1,5 ha e ocupadas com culturas anuais deve manter faixas de solo não mobilizadas com largura ≥ 5 metros, orientadas em curva de nível e espaçadas por distâncias não superiores a 20 metros		sim	não

COMPROMISSOS ESPECÍFICOS do apoio "Manutenção da Rotação de Sequeiro Cereal-Pousio"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Respeitar as datas e técnicas a aplicar nos cortes a efectuar nas áreas de rotação e na mobilização de pousios, a indicar anualmente pela ELA, tendo em conta as características do ano agrícola e o estado do ciclo anual das espécies animais objecto de conservação	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Utilizar exclusivamente as rotações tradicionais ou suas variantes, desde que aprovadas pela ELA		sim	não
Semear anualmente uma área de cereal praganoso em 25% a 60% da área de rotação, sendo que a área de pousio não deve ser inferior a 40% da área de rotação	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	não

COMPROMISSOS ESPECIFICOS do apoio "Manutenção da Rotação de Sequeiro Cereal-Pousio"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Semear, anualmente, uma área de 20% a 50 % da área de rotação com cereal praganoso de sequeiro		não	não
Semear e acompanhar, até ao fim do ciclo cultural, as culturas para consumo da fauna bravia, de acordo com as orientações da ELA, na relação de 1 ha por cada 50 ha de área semeada, em folhas não contíguas e de dimensão < 0,5 ha, nas Unidades de Produção com mais de 50 ha		não	não
Nas parcelas com IQFP=2 ou 3, as mobilizações devem ser executadas segundo as curvas de nível	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Fazer no máximo uma lavoura anual		sim	não
Fazer no máximo uma mobilização anual e sem reviramento do solo, excepto se autorizado pela ELA		não	não
Ceifar o cereal de forma que o restolho fique, maioritariamente, com pelo menos 15 cm de altura		sim	não
Nas parcelas sujeitas a monda química, deixar faixas não mondadas de largura nunca superior a 8 metros e com superfície nunca inferior a 5% da área total de cada parcela		não	não
No período crítico seco garantir a existência de um ponto de água acessível em cada 100 ha	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	não	não
Não construir cercas nem instalar bosquetes sem parecer prévio da ELA		não	não

Compromisso específico do apoio "Sementeira Directa"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Utilizar técnicas de sementeira directa ou mobilização na linha (no primeiro ano de sementeira após o início do compromisso e no caso de compactação do solo e após comunicação prévia ao IFAP, é permitido a utilização conjugada de subsolador, chisel ou escarificador). Quando não exista alternativa viável e sempre após parecer favorável da ELA e comunicação prévia ao IFAP, pode-se recorrer a outra técnica	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não

Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Cumprir épocas de pastoreio/corte que vierem a ser definidas pela ELA	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Manter um pastoreio adequado à capacidade de suporte forrageiro	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	não
Fazer a limpeza e manutenção das pastagens de acordo com normativo produzido pela ELA		sim	não
Não mobilizar o solo, excepto se autorizado pela ELA, designadamente para controlo de infestações e em áreas inferiores a 10% da parcela		sim	não
Caso a pastagem não seja pastoreada, cortar a erva e proceder à respectiva recolha de acordo com normativo produzido pela ELA	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Só aplicar produtos fitofarmacêuticos quando autorizados pela ELA	Na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre a utilização de fitofarmacos	sim	não
Manter no interior das pastagens as árvores de espécies constantes de listagem divulgada pela ELA	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	não
No caso de pastagens naturais de regadio, manter em bom estado de funcionamento o sistema de rega e drenagem		sim	não



<b>COMPROMISSOS ESPECÍFICOS nas áreas de souto que integram áreas beneficiárias do apoio "Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria"</b>		<b>Aplicável</b>	
<b>Descrição do compromisso</b>	<b>Procedimentos de Campo</b>	<b>MN</b>	<b>DV</b>
Comunicar à ELA a existência de árvores com cancro	Na visita à parcela e perante árvores com cancro questionar se houve comunicação à ELA e pedir comprovativo	sim	não
Podar de forma ligeira nos primeiros anos de crescimento das árvores observando as boas condutas de poda de acordo com o manual distribuído pela ELA (as folhas e ramos finos devem ficar ser deixados no souto e, nas árvores adultas a poda deve limitar-se a ramos afectados por doenças, mortos ou mal inseridos na copa	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	não
Realizar a poda sanitária das árvores com cancro de acordo com as orientações da ELA		sim	não
Cortar as árvores com tinta, remover o sistema radicular e queimar no local o material infectado	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não
Observar as boas condutas agronómicas relativas ao tratamento do solo no sob coberto de acordo com manual distribuído pela ELA		sim	não
Não praticar culturas no sob coberto		sim	não
Controlar a vegetação herbácea e arbustiva sem recorrer à mobilização do solo, podendo recorrer complementarmente ao pastoreio	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	sim	não
Não utilizar escarificador, excepto se não houver alternativa e de acordo com as condições e regras emitidas pela ELA	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	sim	não

<b>Compromissos específicos do apoio "Manutenção de Socalcos"</b>		<b>Aplicável</b>	
<b>Descrição do compromisso</b>	<b>Procedimentos de Campo</b>	<b>MN</b>	<b>DV</b>
Candidatar todas as parcelas em socalcos suportados por muros de pedra posta ocupadas por: vinha tradicional ou em sistema pré-filoxérico; amendoeiras ou oliveiras de sequeiro; citrinos; matos mediterrânicos, também designados "mortórios"	Verificação <i>in loco</i> na visita às parcelas da UP em conjunto com o beneficiário ou seu representante	não	sim
Candidatar toda a área de socalcos localizada dentro do perímetro definido pela ELA		não	não
Manter os muros de suporte e escadas em boas condições de conservação		não	sim
Manter os muros de suporte em bom estado de conservação		não	não
Recuperar os muros danificados no prazo máximo de dois anos a contar da data de início do compromisso		não	sim
Manter as culturas em bom estado de produção realizando as operações culturais tecnicamente adequadas	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	não	sim
Manter as oliveiras, amendoeiras e citrinos existentes na parcela ou na sua bordadura	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	não	sim
Não efectuar mobilizações com reviramento do solo (charrua, grade de discos ou alfaia rotativas) nas parcelas ocupadas com vinha, amendoeiras ou oliveiras	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela e questionar o beneficiário ou seu representante sobre as práticas culturais	não	sim
Não efectuar mobilizações do solo entre 31 de Outubro e 31 de Março nas parcelas ocupadas com vinha, amendoeiras ou oliveiras		não	sim
Manter o controlo de infestantes nas parcelas ocupadas com matos mediterrânicos	Verificação <i>in loco</i> na visita à parcela em conjunto com o beneficiário ou seu representante	não	sim

Compromissos específicos do apoio "Manutenção de Socalcos"		Aplicável	
Descrição do compromisso	Procedimentos de Campo	MN	DV
Não realizar mobilizações do solo nas parcelas ocupadas com matos mediterrânicos	representante	não	sim
Manter a compartimentação e melhorar acessos nas parcelas ocupadas com matos mediterrânicos		não	sim
Eliminar as espécies lenhosas exóticas nas parcelas com matos mediterrânicos de acordo com as indicações da ELA		não	sim
Manter em bom funcionamento o sistema de rega tradicional		não	não

### 3.7.4. Regras para a codificação das situações encontradas na Parcela

De modo a uniformizar o tipo de situações verificadas no terreno, definiram-se os seguintes códigos de constatação, aplicados às parcelas declaradas:

#### 7. Código C0

- Declarada uma ocupação de solo e controlada uma ocupação de solo diferente;
- Declarada uma ocupação de solo e controlada a mesma ocupação de solo, mas em superfícies não contíguas.

#### 8. Código A0

- Parcela na qual se verifica não se encontrarem reunidas as condições de elegibilidade para as seguintes ajudas: Prémio específico à qualidade do trigo duro e Prémio específico às proteaginosas, Pagamento específico para o arroz e Pagamento específico para o algodão.

#### 9. Código A2

- Área da parcela declarada por mais do que um requerente e ultrapassada a área da parcela.

#### 10. Código E1

- Erro manifesto.

#### 11. Código L1

- Parcela não é explorada pelo requerente.

#### 12. Código L2

- Parcela incorrectamente identificada no parcelar.

#### 13. Código L5

- Impossibilidade de realização de controlo.

## 4. Controlo Induzido

Sempre que, no decurso da acção de controlo, for detectada uma situação de não conformidade, relativamente a ajudas e/ou à condicionalidade, que não se encontram seleccionadas para controlo, deve ser desencadeado, nesse momento, o respectivo controlo.

Para esse efeito, o controlador deverá assinalar a "S" o campo referente ao "Controlo Induzido" na Capa do Relatório de Controlo.

## 5. Desistência da Candidatura

Sempre que, no decurso da acção de controlo, o requerente ou o seu representante devida e formalmente mandatado para o efeito referir que houve uma **desistência** do PU que se encontra seleccionado para controlo, deverá **sempre ser efectuado o controlo** do mesmo.

## 6. Incumprimento deliberado

Considera-se existir suspeita de “incumprimento deliberado” quando sejam recolhidos elementos que, pela sua evidência, gravidade e consequências, indiciam que a irregularidade detectada decorre de uma conduta praticada, de forma intencional, pelo requerente.

Quando a equipa de controlo considerar que existem indícios de incumprimento deliberado, deverá elaborar um relatório complementar, nos termos e de acordo com os procedimentos estabelecidos.

## 7. ADENDA – CONTROLO DA ELEGIBILIDADE DE PARCELAS COM VEGETAÇÃO LENHOSA ESPONTÂNEA

Os procedimentos a adoptar relativamente à elegibilidade das parcelas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm para efeitos de RPU, são os seguidamente apresentados:

### 7.1. Áreas com vegetação lenhosa espontânea superior a 50 cm

Sempre que existam áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm em parcelas de superfície agrícola, sem prejuízo das consequências em termos de condicionalidade, estas devem ser consideradas elegíveis nas seguintes condições:

1. As parcelas são elegíveis na totalidade, com excepção das parcelas com culturas permanentes e em pousio, se as áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm, **dispersas ou concentradas**, (as quais têm que ser delimitadas e controladas com código de cultura **138**) **ocuparem uma superfície até 50%** da área elegível.
2. As parcelas não são elegíveis na totalidade, com excepção das parcelas com culturas permanentes, se as áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm, dispersas, (as quais têm que ser delimitadas e controladas com código de cultura **171**) **ocuparem uma superfície superior a 50%** da área elegível.
3. As parcelas são parcialmente elegíveis, com excepção das parcelas com culturas permanentes, se as áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm, **concentradas** (as quais têm que ser delimitadas e controladas com código de cultura **171**) ocuparem **uma superfície superior a 50%** da área elegível.
4. As parcelas são elegíveis na totalidade, no caso das culturas permanentes, **independentemente da percentagem que as áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm ocupem**;
5. Uma parcela de pousio é elegível na totalidade se as áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm (as quais têm que ser delimitadas e controladas com código de cultura **138**) **ocuparem uma superfície até 25%** da área elegível, caso contrário a parcela não é elegível na totalidade.

### 7.2. Áreas declaradas com código 171

Sempre que forem declaradas áreas com espaço agro florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro (código de cultura 171), aplicam-se os seguintes procedimentos:

1. Em parcelas de baldio – é elegível a totalidade da parcela de referência, independentemente da área declarada (parcelas constantes na Tabela do Departamento das Ajudas Directas do IFAP);
2. Em parcelas que se enquadrem no ponto 5 do Art. 4º da Portaria nº 1202/04 (parcelas constantes na Tabela do Departamento das Ajudas Directas do IFAP) - é elegível até à área declarada.

**NOTA:** Sempre que as parcelas apresentarem vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm numa percentagem superior 25%, verifica-se o incumprimento da norma D.

Se o processo não se encontrar seleccionado para controlo das Boas Condições Agrícolas e Ambientais (Condicionalidade) deve ser induzido o controlo desta norma.

### 7.3. Auxiliar de controlo

As tabelas seguintes pretendem resumir os procedimentos de controlo anteriormente apresentados neste capítulo.

PARA ÁREAS DE POUSIO				
% de vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm na área elegível	Procedimento a adoptar	Ocupação cultural a atribuir às áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm	Elegibilidade da parcela agrícola	Classificação da norma D
Até 25%	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	138	Parcela elegível na totalidade	Cumpre
Superior a 25% dispersa	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	171	Parcela não elegível na totalidade	Não cumpre
Superior a 25% concentrada	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	171	Não são elegíveis apenas as áreas com vegetação lenhosa	Cumpre, na área elegível
PARA RESTANTES OCUPAÇÕES CULTURAIS, EXCEPTO CULTURAS PERMANENTES				
% de vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm na área elegível	Procedimento a adoptar	Ocupação cultural a atribuir às áreas com vegetação lenhosa espontânea com altura superior a 50 cm	Elegibilidade da parcela agrícola	Classificação da norma D
Até 50%	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	138	Parcela elegível na totalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre 25% e 50% deve ser assinalado o incumprimento da norma D. No caso de não se encontrar seleccionado no âmbito da Condicionalidade, deverá ser induzido o controlo da norma D.</li> <li>Até 25% cumpre a norma D</li> </ul>
Superior a 50% dispersa	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	171	Parcela não elegível na totalidade	Não cumpre
Superior a 50% concentrada	Delimitar, sempre que possível, as áreas de vegetação lenhosa	171	Não são elegíveis apenas as áreas com vegetação lenhosa	Cumpre, na área elegível